



Parecer nº 565/2026/CCJR

Referente ao Projeto de Lei nº 285/2026 que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comercial e Empresarial de Campos de Júlio, e dá outras providências.”

Autor: Deputado Dilmar Dal Bosco

Relator (a): Deputado (a) Júlio Campos

I – Relatório

Trata-se do Projeto de Lei nº 285/2026, de autoria do Deputado Dilmar Dal Bosco, que declara de utilidade pública estadual a **Associação Comercial e Empresarial de Campos de Júlio**, com sede no Município de Campos de Júlio, no Estado de Mato Grosso.

Em justificativa, o autor destaca que a Associação Comercial e Empresarial de Campos de Júlio, também denominada pela sigla ACICA, fundada em 25 de abril de 2001, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos constituído por tempo indeterminado.

Desde sua constituição, a Associação atua de forma apartidária e sem fins lucrativos, com objetivo voltados à representação, defesa e apoio aos interesses dos empresários locais, contribuindo para a melhoria do ambiente de negócios e para o desenvolvimento sustentável da região.

Ao longo de sua trajetória, tem promovido ações voltadas ao associativismo, capacitação profissional, campanha comerciais, eventos, palestras e iniciativas que fomentam a economia local, sempre pauta pelos princípios da legalidade, ética, transparência e responsabilidade social.

A proposição foi protocolada na Secretaria de Serviços Legislativos (SSL) em 18/03/2026 (fl. 02), lida na 13ª Sessão Ordinária da mesma data e cumpriu pauta em cinco sessões ordinárias subsequentes, de 18/03/2026 a 01/04/2026 (fl. 37v e tramitação).

Pesquisa preliminar da Secretaria de Serviços Legislativos - SSL em 25/03/2026, registrou a inexistência de proposições correlatas ou normas jurídicas idênticas (fl. 37).

Após tramitação regular e ausência de emendas ou substitutivos, a matéria foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) em 01/04/2026, para deliberação (fl. 37v).

É o relatório.



II – Análise II. I – Das Preliminares

No âmbito desta Comissão, foram realizadas novas consultas aos sistemas eletrônicos da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em 10/04/2026, não sendo identificadas proposições em tramitação nem normas estaduais vigentes com conteúdo idêntico ou similar ao Projeto de Lei nº 285/2026.

A verificação efetuada no sistema Intranet, na mesma data, confirmou a inexistência de apensamentos ao processo legislativo correspondente.

Com base no conjunto documental apresentado, considera-se atendido, de forma integral, o disposto na Lei Estadual nº 8.192/2004, restando regularizada a instrução da matéria e assegurada a regularidade formal para prosseguimento do processo legislativo.

Passa-se, assim, ao exame da constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade.

II. II. – Da Análise Constitucional, Regimental, Legal e Jurídica

Nos termos do art. 36 da Constituição do Estado de Mato Grosso e o art. 369, I, “a”, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, legalidade e regimentalidade das proposições submetidas à sua apreciação.

A competência legislativa da Assembleia Legislativa decorre do art. 25 da Constituição Federal, que garante autonomia aos Estados para legislar sobre matérias de interesse local e normas complementares, e do art. 18 da Constituição Estadual, que assegura ao Estado de Mato Grosso a edição de leis e a adoção de atos pertinentes aos seus interesses e ao bem-estar da população.

A declaração de utilidade pública estadual, nos termos da **Lei Estadual nº 8.192, de 17 de novembro de 2004**, com alterações introduzidas pelas Leis Estaduais nº 8.548/2006, 10.192/2014, 10.683/2018 e 11.425/2021, exige o atendimento dos seguintes requisitos:

- Personalidade jurídica regularmente constituída (art. 1º, I);
- Funcionamento ininterrupto há mais de um ano (art. 1º, II);
- Não remuneração de diretores e conselheiros, salvo exceção legal prevista na Lei Federal nº 9.790/1999 (art. 1º, III);
- Idoneidade moral dos gestores (art. 1º, IV);
- Reconhecimento como entidade de utilidade pública municipal (art. 1º, V);
- Possibilidade de comprovação por autoridade local (parágrafo único do art. 1º);
- Inclusão obrigatória do CNPJ no texto do projeto de lei (art. 1º-A).



Ademais, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 8.192/2004, a declaração de utilidade pública, respaldada em lei de iniciativa parlamentar, não gera obrigação de concessão de benefícios ou favores pelo Poder Público estadual.

Assim, uma vez atendidos os requisitos legais, o parecer favorável da CCJR deve registrar que a proposta não acarreta qualquer encargo financeiro ao Estado, tratando-se de ato meramente declaratório.

O art. 155, XII, do RI-ALMT, veda a tramitação de proposições que não atendam integralmente aos requisitos legais.

Por sua vez, o art. 159, *caput*, do mesmo Regimento estabelece o caráter terminativo do parecer da CCJR nas matérias que tratam da declaração de utilidade.

II. III. – Da Instrução e Documentação Comprobatória

No tocante ao atendimento das exigências legais (*Lei nº 8.192/2004*), verifica-se que foram devidamente apresentados os seguintes documentos:

1) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ (art. 1º, I)

À fl. 36, emitido pela Receita Federal em 02/03/2026, constando a data de abertura da entidade em 25/04/2001, superior ao prazo mínimo exigido de um ano.

2) Estatuto Social da entidade (art. 1º, I e II)

Às fls. 04 a 27, cópia devidamente registrada no Cartório do 2º ofício de Campos de Júlio/MT, não constando alterações posteriores arquivadas.

3) Ata da Assembleia de Constituição, Eleição ou Recondução e Posse da Diretoria e Conselhos (art. 1º, II, III e IV)

Às fls. 31 as 35, ata da reunião realizada em 21/10/2024, contendo a composição da Diretoria e Conselho Fiscal eleitos para o biênio 2024-2026.

4) Declaração de Idoneidade Moral e de Não Remuneração dos Diretores e Conselheiros (art. 1º, II, III, IV e parágrafo único)

Às fls. 29/30, firmada pelo Presidente da Câmara Municipal, Vereador Joel Antonio Celso, contendo: identificação e CNPJ da associação, nomes dos dirigentes, declaração de funcionamento da entidade, idoneidade moral e inexistência de remuneração dos diretores e conselheiros (conforme relação constante da ata de assembleia de eleição).

5) Cópia da Lei Municipal de Reconhecimento de Utilidade Pública (art. 1º, V e art. 1º-A)

À fl. 28, Lei Municipal nº 2.418, de 18 de fevereiro de 2026, disponível no sítio eletrônico da câmara municipal de Campos de Júlio/MT.

(https://www.camposdejulio.mt.gov.br/fotos_downloads/20082.pdf).



6) Conferência do atendimento ao art. 1º-A da Lei nº 8.192/2004

Verificada a inserção expressa do número do CNPJ no texto do projeto de lei (fl. 02):

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Comercial e Empresarial Campos de Júlio, com inscrição no CNPJ n.º 04.548.516/000-26, com sede no Município de Campos de Júlio, no Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

7) Requerimento formal do autor da proposição (art. 2º)

Às fls. 02-03, projeto de lei devidamente assinado pelo Deputado proponente, protocolado sob nº 1911/2026, em 18/03/2026, solicitando o reconhecimento da entidade.

Ressalta-se que a proposição não impõe qualquer obrigação financeira ao Estado, tratando-se de mero ato de reconhecimento legislativo.

Constatado o integral atendimento das exigências constitucionais, legais, jurídicas e regimentais, não há óbice à regular tramitação da matéria.

Por fim, a teor do art. 159, *caput*, do RI-ALMT, a manifestação da CCJR possui caráter terminativo, dispensando a apreciação em Plenário.

É o parecer.

III – Voto do (a) Relator (a)

Pelas razões expostas, voto **favorável** à aprovação do Projeto de Lei nº 285/2026, de autoria do Deputado Dilmar Dal Bosco.

Sala das Comissões, em 28 de 04 de 2026.



IV – Ficha de Votação

Projeto de Lei nº 285/2026 – Parecer nº 565/2026/CCJR
Reunião da Comissão em <u>28 / 04 / 2026</u>
Presidente: Deputado (a) <u>Dilmar Dal Bosco</u>
Relator (a): Deputado (a) <u>Julio Campos</u>

Voto Relator (a)
Pelas razões expostas, voto **favorável** à aprovação do Projeto de Lei nº 285/2026, de autoria do Deputado Dilmar Dal Bosco.

Posição na Comissão	Identificação do (a) Deputado (a)
Relator (a)	
Membros (a)	
	
	